

LICENCIAMENTO ÚNICO AMBIENTAL

RESUMO NÃO TÉCNICO

**AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA DA
JOMIPE SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA, LDA.**



**QUINTA DE SANTO ANTÓNIO
TAIPADAS
CANHA**

Setembro 2024

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	DADOS GERAIS DA EMPRESA	4
2.1	Localização e confrontações	4
2.2	Regime de funcionamento e número de trabalhadores.....	5
2.3	Processo produtivo.....	5
2.4	Fluxograma de produção.....	8
3	. EMISSÕES NO AMBIENTE E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO.....	9
3.1	Atividades suscetíveis de produção de emissões para o ambiente.....	9
3.2	Efluentes líquidos.....	9
3.3	Emissões gasosas.....	10
3.5	Ruído.....	11
3.6	Energia	12
3.7	Medidas específicas.....	12
4	PREVENÇÃO DE ACIDENTES.....	16
6.	DESACTIVAÇÃO DA INSTALAÇÃO.....	17

1. INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao Resumo Não Técnico (RNT) do pedido de alteração de licenciamento para as instalações PCIP, do Processo de Licenciamento Único Ambiental de uma instalação existente.

O aviário da **JOMIPE – Sociedade Agropecuária, Lda** sito na Quinta de Santo António, Taipadas, freguesia de Canha, concelho de Montijo e distrito de Setúbal, dedica-se à produção de frangos em regime intensivo.

A capacidade instalada atualmente licenciada é de 90 000 aves, correspondendo a 540 CN com a Licença de Exploração n.º 66/2018 e Licença Ambiental, n.º 475/0.0/2013, pretendendo ampliar a exploração para 145 000 frangos, 870 CN.

O projeto em estudo enquadra-se no setor da avicultura, no âmbito do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), Decreto-Lei 81/2013, de 14 de junho e foi sujeito ao regime de avaliação de impacte ambiental, uma vez que, tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro (RJAIA), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de outubro, o projeto em análise enquadra-se no ponto ii) da alínea b) do n.º 4 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013:

ii) O resultado final do projeto existente com a alteração ou ampliação prevista atinja ou ultrapasse o limiar fixado para a tipologia em causa e tal alteração ou ampliação seja, em si mesma, igual ou superior a 20 % da capacidade instalada ou da área de instalação do projeto existente, ou sendo inferior, seja considerado, com base em análise caso a caso nos termos do artigo 3.º, como suscetível de provocar impacte significativo no ambiente.

2. DADOS GERAIS DA EMPRESA

2.1 Localização e confrontações

O aviário de Jomipe - Sociedade Agro-Pecuária, Lda. localiza-se na freguesia de Canha, concelho do Montijo. A área em estudo é parte integrante de uma propriedade pertencente ao requerente. Confronta a Norte com Estrada Municipal (EM533), a Sul, Este e Oeste com a Nuprocal, Lda.

O aglomerado populacional mais próximo da instalação avícola em apreço é a localidade de Taipadas. O concelho do Montijo situa-se na região de Lisboa, pertence a sub-região da Península de Setúbal e, administrativamente, é um dos concelhos do distrito de Setúbal.

A instalação do aviário de Jomipe - Sociedade Agro-Pecuária, Lda., em termos geográficos, enquadra-se na folha n.º 434 da Carta Militar de Portugal, do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE).

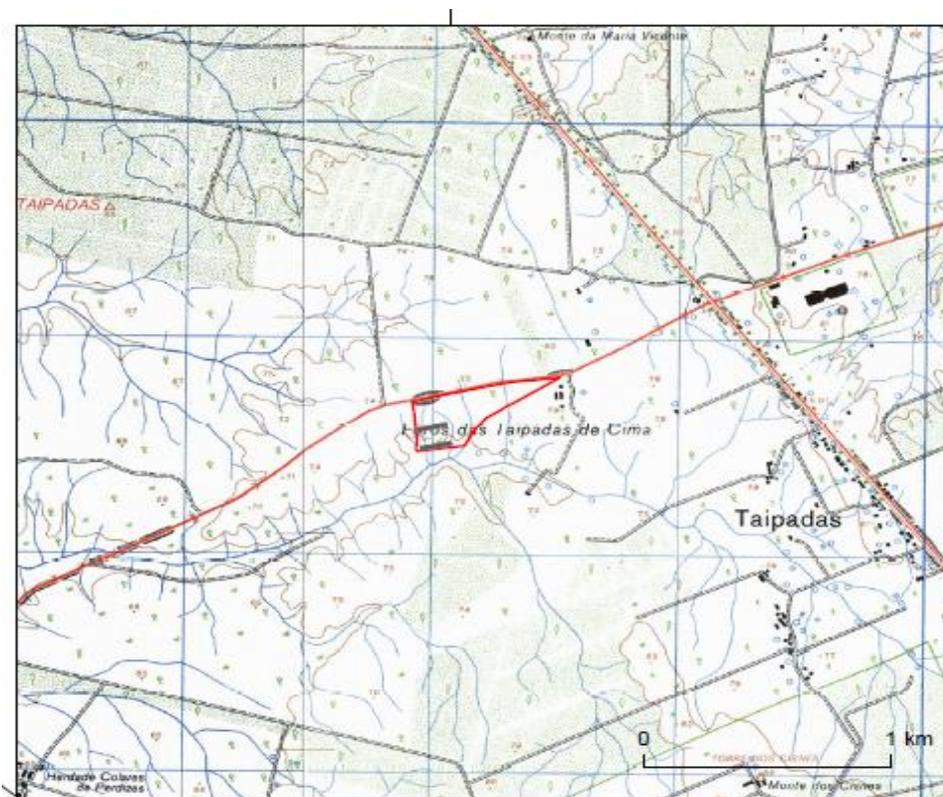


Figura 1 – Planta da localização da instalação

Na envolvente do local de implantação não existem habitações ou outras explorações avícolas o que garante um nível sanitário elevado.

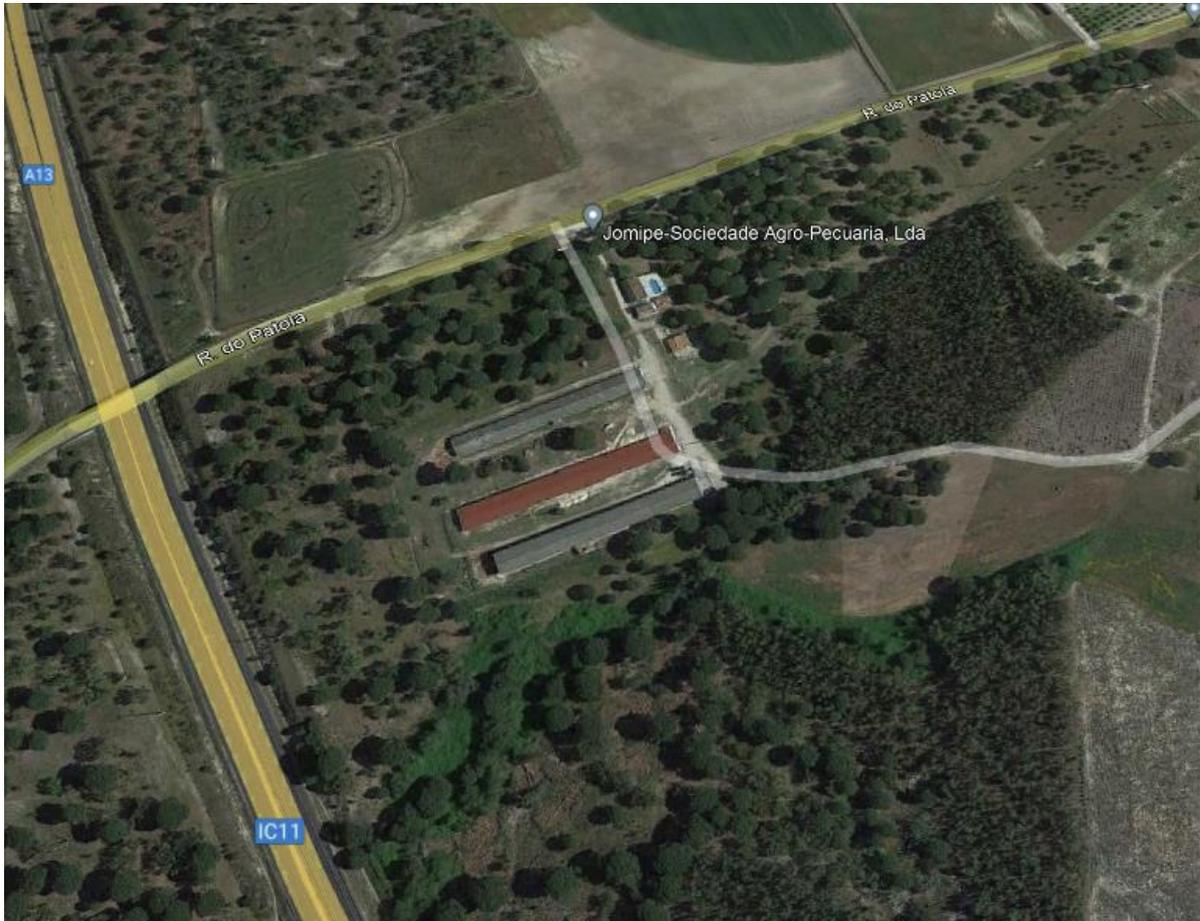


Figura 2 – Imagem aérea da instalação

2.2 Regime de funcionamento e número de trabalhadores

O regime de funcionamento é de segunda-feira a domingo, durante cerca de 250 dias, tendo em conta os vazios sanitários, com um total de 2 colaboradores.

2.3 Processo produtivo

O estabelecimento avícola desenvolve a sua atividade num sistema de integração, recebendo o pinto do dia, ração, medicamentos e vacinas, e no final de cada criação a empresa retira as aves, promove o seu abate e comercializa o produto final.

O período de cria - recria - engorda, será de 5 a 6 semanas, por vezes menos, consoante as necessidades do mercado, findo o qual as aves serão enviadas para o centro de abate.

O esquema de produção assentará no sistema "tudo dentro-tudo fora", o que permitirá a produção de 6 bandos de aves por ano.

O método de produção "all in all out" está relacionado com as aves entrarem em todos os pavilhões ao mesmo tempo. As aves entram nos 3 pavilhões e saem dos 3 pavilhões ao mesmo tempo, final do ciclo, sendo que no intervalo existe um desbaste. Este método é o mais frequente para o tipo de produção existente, garantindo o bem estar animal e não ultrapassar a densidade de 33kg/m².

Com a ampliação da exploração já existente, que neste momento está licenciada para 90 000 frangos – 540 CN, para 145 000 frangos – 870 CN, serão atualizadas as capacidades nos pavilhões já licenciados (de 90 000 passam a receber 105 000 frangos, não haverá alteração dos pavilhões, apenas será efetuado um desbaste das aves, saindo frangos mais pequenos para assar, e os restantes saem com cerca de 1,9 kg e 40 dias) e inclui um pavilhão com capacidade para 40 000 frangos.

Em cada ciclo entrarão cerca de 145 000 pintos, considerando que as condições dos pavilhões são tecnicamente adequadas. Prevendo-se a aquisição anual de cerca de 870 000 pintos do dia, para 6 bandos, e considerando uma mortalidade média de 2% durante o período de engorda, teremos cerca de 858 000 frangos de carne.

O tempo médio de criação é de 39/40 dias, podendo sair 25% dos bandos a partir dos 30 dias (frangos para churrasco) e os restantes 75% por volta dos 40 dias de vida, apresentando os frangos nesta altura cerca de 2 Kg de peso.

A alimentação das aves é administrada por um sistema automático "Chore Time", será "ad libitum" e assentará em alimentos compostos, (rações comerciais) de 3 tipos, 2 tipos de ração crescimento e 1 acabamento. Este sistema, consiste em comedouros especialmente desenhados que impedem as aves de abanarem a cabeça enquanto comem, evitam que a comida se espalhe. O desperdício de comida a partir dos comedouros conduz a taxas de conversão alimentar desfavoráveis e a

uma relação estrume/resíduos maior do que a necessária.

Os silos estão localizados junto aos pavilhões e têm como finalidade a distribuição do alimento através de um sem-fim a todos os sectores da unidade. A exploração tem quatro silos, com capacidade de 18 toneladas cada.

A água utilizada na exploração avícola é proveniente de um furo artesiano existente, e licenciado Título A018363 2020 RH5A. Existem três depósitos de água, um de água sem tratamento com 30 m³ de capacidade e dois depósitos de água tratada para abeberamento das aves com capacidade de 10 m³ cada.

A empresa pretende abrir outro furo, como reserva, para assegurar o abastecimento de água.

O abeberamento das aves será efetuado através de um sistema automático de nível constante ou de pipetas. Dado o sistema automático ser acionado pela própria ave não se verifica qualquer desperdício de água.

Após a saída das aves serão removidas as camas, estrume composto por dejetos das aves e desperdícios de origem vegetal (casca de arroz), com recurso a pá frontal do trator e armazenadas num pavilhão próprio para valorização agrícola, sendo respeitadas todas as regras inerentes a um correto acondicionamento e transporte.

Os pavilhões, bem como os equipamentos para abeberamento e alimentação das aves, serão higienizados de acordo com o aconselhamento da Direção Geral de Veterinária e serviços técnicos da empresa integradora, permanecendo em vazio sanitário (14 dias), entre cada ciclo produtivo.

A utilização de equipamento de alta pressão, de gota fina, nas limpezas minimiza o consumo de água e não produz águas residuais.

2.4 Fluxograma de produção

O processo produtivo é esquematizado de acordo com o diagrama seguinte:

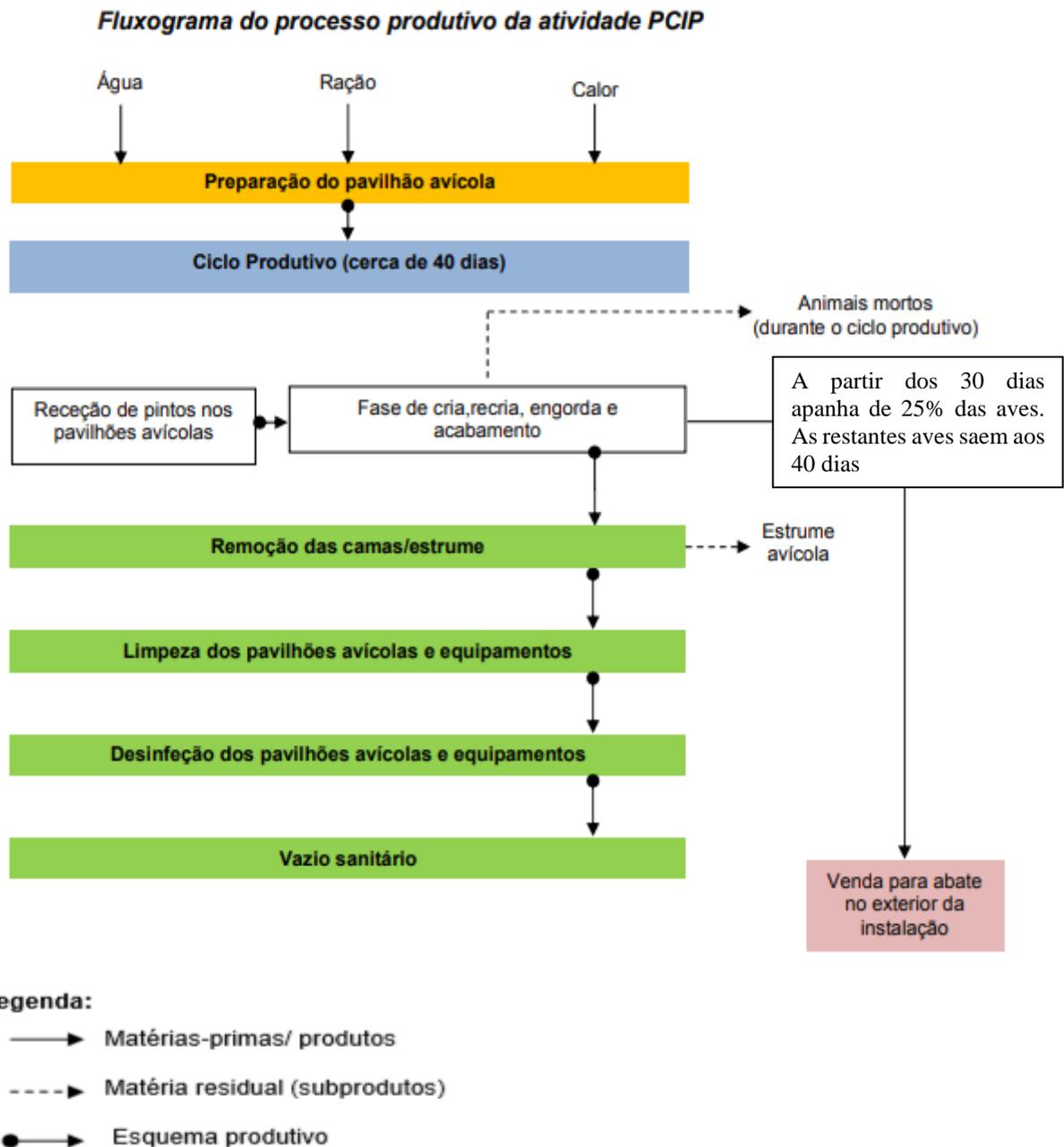


Figura 3 - Diagrama do processo produtivo

As quantidades de matérias-primas e subsidiárias consumidas anualmente são apresentadas na tabela da página seguinte:

Tabela 1 - Matérias-primas e subsidiárias consumidas anualmente

Matérias Primas	Ração	3000 t
	Água	5000 m ³
Matérias Subsidiárias	Energia	42 000 kWh
	Casca Arroz	120 t
	Desinfetantes	40 l
	Biomassa	65 t
	Gás	Apenas se necessário
	Gasóleo	5 l

3 . EMISSÕES NO AMBIENTE E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

A exploração avícola tem implementadas um conjunto de medidas garantido a minimização de emissões para o ambiente.

3.1 Atividades suscetíveis de produção de emissões para o ambiente

As atividades suscetíveis de gerar potenciais impactes, discriminam-se de seguida:

- ↳ Presença física das infraestruturas e equipamentos associados;
- ↳ Circulação de veículos ligeiros e pesados – entrada e saída de pessoas, matérias-primas e produtos;
- ↳ Tráfego de matérias-primas;
- ↳ Sistemas de ventilação dos pavilhões;
- ↳ Produção, recolha e transporte de resíduos e subprodutos;

3.2 Efluentes líquidos

Esta instalação origina águas residuais domésticas que são encaminhadas para uma fossa séptica estanque, sendo recolhidas periodicamente pelos serviços municipalizados.

Todas as águas residuais industriais, provenientes da limpeza dos equipamentos dentro dos pavilhões e desinfecção, após a saída do bando, utilizando um sistema de alta pressão, devido à sua pouca quantidade, são naturalmente evaporadas dentro dos pavilhões.

As águas pluviais são encaminhadas para cotas inferiores, através de escoamento natural, sendo infiltradas no solo ao longo do percurso.

3.3 Emissões gasosas

Ocorrem emissões difusas para a atmosfera provenientes do metabolismo das aves.

Existem também emissões decorrentes do funcionamento do sistema de aquecimento dos pavilhões, através da combustão de biomassa. O ar quente produzido nas fornalhas é encaminhado para tubagens de aço inox. O regime de emissão associado a estas fontes pontuais varia de acordo com a necessidade de aquecimento, sendo um regime de emissão esporádico

Relativamente ao impacto no meio recetor, os odores não são sentidos devido à existência de uma cobertura vegetal na zona circundante da exploração que absorve os poucos odores existentes.

3.4 Resíduos e Subprodutos gerados na instalação

Os resíduos gerados na instalação podem ser considerados como:

- Resíduos de embalagem;
- Resíduos do sistema de aquecimento
- Resíduos sólidos urbanos (resíduos orgânicos resultantes da atividade humana).

Estes resíduos possuem uma operação de gestão efetuada corretamente por empresas devidamente autorizadas que procedem à sua valorização ou eliminação.

Todos os resíduos produzidos na instalação são devidamente acondicionados até ao seu encaminhamento para operadores devidamente licenciados para a sua valorização e/ou eliminação. O armazenamento temporário dos resíduos produzidos (embalagens vazias de medicamentos e resíduos de embalagens) é efetuado num local destinado a esse efeito, operados de forma a minimizar a ocorrência de qualquer derrame ou fuga, evitando situações de potencial contaminação do solo e/ou água.

No acondicionamento dos resíduos produzidos são utilizados contentores ou outras embalagens de elevada resistência e devidamente identificados. Sendo dada especial atenção à resistência, estado de conservação e capacidade de contenção das embalagens.

Os resíduos equiparados urbanos, resultantes da atividade normal da instalação, (LER 20 03 01), devido à sua reduzida quantidade, são colocados em caixotes, sendo enviados para o Serviço Municipal.

Estima-se uma produção de 0,05 t/ano de RSU.

As embalagens vazias de medicamentos (15 01 06), resultantes da saúde animal, são enviadas para a Valormed.

Na produção de frangos de carne, e em função da idade e da época do ano, é necessário recorrer ao sistema de aquecimento, sendo este através de queima de biomassa, ocorre a produção de cinzas (LER 10 01 01). Estima-se uma produção anual de 30 kg. Estas são temporariamente armazenadas nos equipamentos até ao encaminhamento final.

A atividade normal da instalação gera determinados fluxos materiais designados por **subprodutos** de categoria 2 compreendendo, nomeadamente, os cadáveres de animais e o estrume - mistura das camas e dejetos das aves.

Os subprodutos são devidamente acondicionados, de forma a evitar qualquer risco para a saúde humana ou animal, e encaminhados para um destinatário autorizado. O estrume tem como destino a valorização agrícola por terceiros.

3.5 Ruído

O ruído emitido por esta instalação não é significativo devido à natureza desta atividade e salienta-se que não existem alvos sensíveis nas proximidades.

As atividades da fase de exploração suscetíveis de ocasionar emissões de ruído estão associadas à regulação da temperatura no interior do pavilhão, à circulação de veículos para o interior e exterior do pavilhão, sistema de alimentação e abeberamento e às aves.

3.6 Energia

A energia elétrica é captada da rede elétrica nacional.

A instalação possui 1 gerador de emergência (potência do equipamento: 60 kVA) que abastecem a instalação em caso de falha da rede pública de energia. O armazenamento do combustível é efetuado no depósito acoplado de 200 l.

O sistema de aquecimento das instalações consiste em geradores de ar quente a resíduos lenhosos com sem-fim, alimentado como biomassa.

A racionalização de energia passa pela escolha do tipo de lâmpadas a utilizar e o método da sua utilização.

A máxima utilização de ventilação natural evita gastos excessivos e desnecessários de energia, assim como o controlo e a inspeção dos sistemas de ventilação mecânica, da regulação de temperatura e humidade do ar no interior dos pavilhões.

3.7 Medidas específicas

As medidas específicas são dirigidas a ações do projeto específicas para as diferentes fases do projeto. Entre elas, destacam-se as seguintes:

↳ Medidas gerais:

- Formação
- Optimização do controlo do processo
- Manutenção adequada
- Pavilhões ventilados bem isolados, com pavimento totalmente coberto de material de cama, equipados com sistema de bebedouros sem derrames
- Programa de manutenção e reparação que assegure o bom funcionamento e a limpeza das instalações e equipamentos

- O abastecimento e armazenagem de rações deve ser efetuado de forma a não atrair aves selvagens. Qualquer derrame de rações deve ser objeto de limpeza imediata
- Registrar os consumos de água, energia e alimentos, da produção de resíduos e de estrume
- Gestão nutricional dos alimentos fornecidos às aves
- Ter um procedimento de emergência para lidar com emissões e incidentes imprevistos.

↳ Recursos hídricos subterrâneos:

- Colocação de contador á saída do furo para registar o consumo de água.
- A fossa está protegida da entrada de águas pluviais e é de construção sólida de modo a evitar a saída de águas residuais, com risco de contaminação do solo e das águas subterrâneas.
- Garantir a periodicidade adequada de limpeza da fossa.

↳ Solos e usos do solo:

- O armazenamento temporário dos resíduos é efetuado em áreas impermeabilizadas, planas e protegidas das chuvas, bem como do acesso de pessoas e animais e da ação do vento, de forma a garantir a proteção dos solos, águas superficiais e subterrâneas;
- No âmbito do PGEP será efetuada a contabilização do estrume/camas produzido por bando enviado para valorização agrícola;
- A instalação dá cumprimento às regras definidas no Código de Boas Práticas Agrícolas.

↳ Racionalização dos consumos de água

- Manutenção do bom estado das instalações, nomeadamente no que respeita a deteção de possíveis fugas de água nas tubagens e ao bom desempenho dos equipamentos associados ao circuito de água;

- Limpeza das instalações dos animais e dos equipamentos com aparelhos de alta pressão depois de cada ciclo de produção, diminuindo o consumo de água
- Detecção e reparação de fugas
- Verificação regular do débito de água nos bebedouros e da sua altura em relação aos animais, o que permite evitar eventuais derrames;

↳ Racionalização dos consumos de energia

- Optimização do sistema de ventilação de cada edifício, a fim de obter um bom controlo da temperatura e alcançar taxas de ventilação mínimas no Inverno
- Inspeção e limpeza frequentes dos ventiladores para evitar resistências nos sistemas de ventilação
- Utilização de luz de baixo consumo energético

↳ Adequação de aspetos de conceção/construção das instalações e do equipamento utilizado. Esta medida consiste em dotar os locais de alojamento dos animais com um conjunto de características que permitam alcançar os seguintes objetivos:

- Controlo ambiental adequado no interior das instalações;
- Remoção eficaz das dejeções produzidas;
- Remoção ou reparação de todas as torneiras, canos, mangueiras e fontes de água com fugas;
- Minimização da possibilidade de ocorrência de desperdícios de água nos dispositivos de abeberamento.

↳ Qualidade do ar:

- De modo a minimizar as emissões difusas são adotadas medidas para manter as camas secas, evitar desperdícios de água e encharcamento de camas, tais como:
 - Controlo do abeberamento, nomeadamente a fim de se evitar que as aves usem exageradamente os bebedouros fora do período das

refeições, o que poderia conduzir a derramamentos de água sobre as camas;

- Limpezas e desinfecções efetuadas a seco;
- Inspeção periódica das linhas de água para deteção e reparação de eventuais fugas.
- Controlo automático, e eventualmente manual, da abertura das janelas, em ordem a uma adequada renovação do ar, cuja circulação contribui para a secagem das camas.
- Os equipamentos móveis em funcionamento devem encontrar-se em boas condições de operação, obedecendo as normas internacionais que regulam a quantidade de gases a emitir por veículos pesados;
- As emissões para atmosfera são minimizadas pelos procedimentos de manutenção e reparação que asseguram o bom funcionamento e a limpeza das instalações e equipamentos.
- O estrume é encaminhado para valorização agrícola.
- Os subprodutos são devidamente acondicionados

↪ Ao nível do ruído:

- A gestão dos equipamentos utilizados na atividade é efetuada tendo em atenção a necessidade de controlar o ruído, particularmente através do cumprimento do regulamento das emissões sonoras para o ambiente do equipamento para utilização no exterior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro;
- Manter em bom funcionamento os equipamentos mecânicos, efetuando revisões e trabalhos de manutenção desses equipamentos, de forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído;
- A circulação de veículos pesados deve efetuar-se essencialmente em período diurno. É recomendada, a redução da sua velocidade de circulação aquando do atravessamento de zonas habitacionais.

↪ Resíduos e subprodutos:

- Garantir uma correta gestão, separação e posterior encaminhamento a destino final adequado dos resíduos resultantes da atividade avícola;
- Deverá ser também assegurada a adequada ventilação dos diferentes locais de armazenamento temporário, salientando-se ainda a necessidade do acondicionamento de resíduos permitir, em qualquer altura, a deteção de derrames ou fugas;
- Os subprodutos produzidos na instalação deverão ser conservados em local e temperatura adequados de forma a evitar qualquer risco para a saúde humana ou animal, até serem encaminhados para o destino final adequado;

4 PREVENÇÃO DE ACIDENTES

A ação preventiva identifica o risco com vista ao seu controlo e este far-se-á ao nível da sua fonte, por razões de eficácia.

O principal objetivo da prevenção de acidentes de trabalho é, assegurar a sensibilização, informação e formação a todos os trabalhadores sobre os riscos para a segurança e saúde a que se encontram expostos no seu local de trabalho, bem como as normas de prevenção individual a utilizar e da sua correta utilização.

As medidas de prevenção adotadas de forma a limitar os riscos de ocorrência de acidentes passam pela utilização de meios de primeira intervenção no combate a incêndios, manter a arrumação dos locais e dos utensílios de trabalho, procedimentos corretos de levantamento de cargas, utilização de equipamentos de proteção individual, limpeza e higiene pessoal dos trabalhadores, boa conservação e manutenção de todos os equipamentos de trabalho, vigilância médica e informação/formação sobre a exposição aos riscos e das medidas de prevenção e proteção.

6. DESACTIVAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Não está previsto, mesmo a longo prazo, a desativação da instalação. Caso tal aconteça será elaborado um plano de desativação, com instruções precisas para o desmantelamento dos equipamentos que não sejam reaproveitados, e estruturas com a recolha de todos os materiais e produtos, de forma a minimizar os impactes ambientais provenientes da desativação.

Fase de desativação:

Antes de iniciar a fase de desativação, deverá ser enviado à APA para aprovação, um Plano de Desativação, o qual deverá assegurar que:

- As ações necessárias ao desmantelamento sejam executadas com o mínimo prejuízo, para os valores ambientais em geral, versando especialmente sobre as medidas de gestão de resíduos adequadas;
- Durante as ações de demolição, as superfícies dos terrenos que ficarem a descoberto e não compactados devem ser humedecidas a fim de minimizar a dispersão de poeiras por ação do vento e da operação das máquinas e veículos afetos à obra. A ressuspensão de poeiras, sobretudo em zonas não pavimentadas da obra deve ser minimizada, igualmente pela aspersão periódica de água.
- Os resíduos deverão ser encaminhados para destinatário autorizado;
- O transporte de resíduos resultantes das demolições e as terras devem ser efetuado com as adequadas coberturas das terras por forma a minimizar a emissão de poeiras durante o transporte.

Toda a pavimentação envolvente aos pavilhões e todos os acessos deverão ser removidos.

Após remoção de todos os materiais será efetuada a reflorestação de toda área afetada com espécies autóctones de crescimento rápido e lento.